|  |  |
| --- | --- |
| C:\Users\KENTON\Downloads\16CBAS-IconeApp  2.png | **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**  **Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”**  **Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019** |

**Eixo: Política social e Serviço Social.**

**Sub-eixo: Ênfase em gestão.**

**O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

**Thaina Bastos Soares[[1]](#footnote-1)**

**Marta Costa Sena[[2]](#footnote-2)**

**Raynara Brito Dourado[[3]](#footnote-3)**

**Selma Silva Macieira[[4]](#footnote-4)**

**Resumo:** Este trabalho teve por objetivo analisar o papel das ONGs no enfrentamento à violência contra a mulher, compreendendo a ausência do Estado no trato da questão social e a transferência dos serviços para o terceiro setor. A pesquisa apontou que mesmo com as contradições que permeiam a lógica das ONGs, tais organizações desempenham um papel essencial para a quebra do ciclo da violência.

**Palavras-chave:**  Violência, ONGs, Terceiro Setor. Estado.

**Abstract:** This study aimed to analyze the role of NGOs in coping with violence against women, including the absence of the State in dealing with the social issue and the transfer of services to the third sector. The research pointed out that even with the contradictions that permeate the logic of NGOs, such organizations play a key role in breaking the cycle of violence.

**Keywords**: Violence, NGOs, Third Sector. State.

1. **INTRODUÇÃO**

A história da humanidade é perpassada por confrontos entre classes e sexos, compreender essas contradições é essencial para entender a profundidade da violência contra a mulher. Desta forma a rede de enfrentamento à violência doméstica configura-se através da articulação de vários órgãos governamentais e não-governamentais que buscam traçar estratégias articuladas para promover o rompimento do ciclo de violência e estabelecer uma sociedade mais igualitária para todas as mulheres.

As políticas públicas configuram-se como respostas do Estado referentes às demandas da população, através da pressão e mobilização dos sujeitos em prol dos seus direitos. As políticas públicas para mulheres são fruto das lutas do movimento feminista, que, historicamente, vêm trazendo discussões sobre a autonomia da mulher, obtendo grandes avanços e conquistas no que se refere aos direitos dessa categoria. Nesse sentido, as políticas voltadas para as mulheres devem ser elaboradas para sanar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, considerando que essa desigualdade também se expressa na submissão e na violência contra a mulher.

No entanto, a partir das décadas de 1980 e 1990, as políticas públicas no Brasil passam por uma mudança devido à ideologia neoliberal que prima pela redução do aparelho estatal, fragmentação das políticas públicas, dessa forma emergem assim novas formas de enfrentar as expressões da questão social, entre elas está o chamado terceiro setor. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, baseada na teoria social crítica.

1. **DESIGUALDADE DE GÊNERO:** REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O contexto histórico da sociedade é perpassado por um cenário antagônico entre homens e mulheres, o qual retrata historicamente a subalternidade e opressão feminina que se perdura há épocas, através da construção na sociedade de arquétipos de mulheres, caracterizando-as como: dóceis, emotivas, comportadas, frágeis, assim como constrói a supremacia masculina através das expressões do homem macho, forte e superior. Desta forma, criando-se estereótipos, que vão moldando as mulheres e enquadrando seu modo de ser, como ressalta Saffioti (1987) “para haver a construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina”.

À mulher são relegados papéis que a sociedade espera ver cumpridos, assim são delimitados os campos de atuação, como: a socialização dos filhos, responsáveis pela manutenção da ordem da casa ( SAFFIOTI, 1987), logo para se romper com tais ideias faz-se necessário repensar criticamente essas estruturas de dominação, que só serão desmobilizadas quando a ideologia dominante for desfeita.

A tendência é a naturalização dessa relação, tal direcionamento gera um conformismo que geralmente reproduz a alienação do modo de pensar a ideologia dominante patriarcal-racista-capitalista. (CISNE, 2014). Essa ideologia cria certo valores e costumes que penetram nas relações femininas, porém que podem ser superados na medida em que há o combate político através da mobilização social. Nessa perspectiva, o sistema de dominação que aflige e assola as mulheres, ocasionando a subalternidade e opressão, é derivado do sistema patriarcal “que naturaliza e reproduz a inferioridade feminina”. (CISNE, 2014)

A sujeição das mulheres à dominação masculina se inscreve na normalidade dentro da sociedade, assim os papéis sociais são vistos como identitários, já que a sociedade, envolta na alienação, espera ver cumpridas essas atribuições pelas diferentes categorias de sexo, sendo delimitado à mulher a social.

Bourdieu (2002) analisa as estruturas de dominação masculina que inferiorizam a condição da mulher na sociedade e naturalizam a superioridade masculina, assim as relações sociais constroem identidades do que seja o feminino e o masculino: as mulheres gestoras do lar e reprodutivas do capital simbólico dos homens (filhos) e os homens representantes da virilidade e hegemonia na sociedade. O autor ainda pontua que são utilizados alguns mecanismos que legitimam e reafirmam essa dominação:

[..] elas são produtos de um trabalho incessante (e como tal histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, igreja, escola, estado. (BOURDIEU, 2002, p. 46).

Sendo pertinente ressaltar que essa reprodução pode ser reafirmada pelas próprias mulheres, que difundem sua própria condição de subordinação devido à naturalização de sua condição de submissão. Desta maneira, percebe-se que a naturalização dos comportamentos machistas e dominantes são reforçados por algumas instituições, que o autor descreve acima, criando condições estruturais de pensamentos que são compartilhadas e difundidas dentro desses espaços, estando tão enraizados que acabam direcionando uns parâmetros para o que seja o feminino ou masculino.

Outras categorias que Bourdieu (2002) analisa é a violência simbólica como uma forma do dominante ter o controle e poder sobre o dominado, que impõem sua cultura e gera uma certa disciplina, nessa perspectiva as instituições são uma das formas de reproduzir e difundir essa dominação, e muitas das vezes tais *habitus* são incorporados pelos dominados devido a essas relações serem vistas como naturais, ou seja a superioridade masculina em detrimento da inferioridade feminina.

Assim, a ideologia do patriarcado é caracterizada como a dominação masculina sobre as mulheres, sendo expresso esse poder tanto no âmbito privado como no público, envolto em relações de violações e privações dos direitos das mulheres. Pois, segundo a ordem patriarcal a mulher deve ocupar um lugar de submissão e silêncios, uma vez que os espaços de voz não lhes foram concedidos, apenas conquistados por meio da luta e resistência. Assim, no meio do espaço privado, cria-se a supremacia do marido sobre a mulher, relegando-a apenas ao confinamento do espaço doméstico e ao cuidado dos filhos.

É preciso considerar que os fundamentos que sustentam a desigualdade, ainda perduram na sociedade contemporânea, sendo expressos pelas forma de opressão à qual a mulher é submetida, concretizados através da violência doméstica, que emerge dentro do âmbito privado pela interpretação do papel social da mulher como um indivíduo que deve ser subalterno e passivo ao poder do homem, e da exigência do cumprimento das tarefas historicamente estabelecidas e culturalmente naturalizadas às mulheres. Quando há uma resistência ou uma oposição a essa submissão, os homens utilizam a agressão física para exercer seu controle, pois se percebem no direito de dominar sua esposa ou companheira por meios coercitivos.

1. **OS MECANISMOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

As políticas públicas configuram-se como respostas do Estado referentes às demandas da população, através da pressão e mobilização dos sujeitos visando a mudança social. Isso faz considerar que as políticas voltadas para as mulheres devem ser elaboradas para sanar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, atuando de forma articulada e integrada, compreendendo a mulher na sua particularidade, pois compreende-se que não existe uma homogeneidade no “ser mulher”, visto que, no interior da categoria feminina, existem diferenças sociais, étnico-raciais e culturais.

As políticas devem ter um caráter universal e integrador, promovendo ações que visem a garantia da igualdade a todas as pessoas, considerando-as cidadãs com direito “independente de sua classe, raça, etnia, idade, estado civil, local de moradia, ocupação que exerce e orientação sexual”. (SOARES, 2004, p. 124).

O sistema de proteção atual é um avanço considerável no que diz respeito à proteção das mulheres, comparado com as configurações anteriores, em que eram mortas por seus maridos sem nenhum tipo de amparo legal, onde o que predominava era o discurso da “legítima defesa da honra”. Devido a essas circunstâncias, a rede de proteção é fruto de luta e mobilização dos movimentos feministas, que trouxeram à pauta pública assuntos que eram considerados da esfera privada, sob as quais entendia-se que não caberiam ações públicas (ROCHA, 2007).

No início dos anos de 1970, o movimento feminista chama a atenção ao fato recorrente da violência contra a mulher, que ocorre principalmente na esfera doméstica, Tal visibilidade proporcionou que a violência contra a mulher fosse compreendida como expressão da questão social (ROCHA, 2007), visto que perpassa as relações sociais no interior da sociabilidade capitalista, que reforça no seu cotidiano norma e padrões que corroboram com ações preconceituosas e discriminatórias a segmentos que são considerados excluídos ou marginalizados por não se encaixarem nos padrões estabelecidos pelo modelo de produção vigente.

Deste ponto, o movimento feminista traz uma visibilidade maior para esses assuntos, inscrevendo tais demandas como de responsabilidade do Estado para ampliar os direitos das mulheres e elaborarem políticas públicas para prevenir e punir a prática da violência contra a mulher, através do reconhecimento das mesmas como sujeitos de direito, assim como o de construir no interior do movimento uma espaço de resistência e luta contra a dominação masculina e a subalternidade feminina. Isso possibilita a ruptura de relações violentas causadas pelo ciclo da violência[[5]](#footnote-5), no entanto compreende-se que esse processo é difícil e precisa do auxílio externo. Por isso, a rede de proteção é um importante instrumento para quebra do ciclo de violência vivenciado pelas mulheres.

Assim, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) constituem-se na primeira política pública voltada para o combate à violência contra mulher no Brasil. A emergência das DEAM possibilitou mais visibilidade à questão da violência doméstica, pois observou-se nos seus primeiros anos de implementação, uma elevada procura para prestar denúncias. No entanto, como foi a primeira instituição criada especificamente para atender aos casos específicos da violência contra a mulher, ainda não possuía um sistema de proteção articulado que desse conta das especificidades e das expressões multifacetadas da violência. Logo, como as DEAMs eram as primeiras expressões de um sistema de proteção que ainda estava se consolidando, ela desempenhava papéis que não eram de sua alçada e que “nem sempre adequavam-se aos objetivos para os quais foram preconizadas e estavam equipadas” (CAMARGO; AQUINO, 2003, p. 42).

Outro mecanismo de proteção que emergiram nesse momento foram as Casas Abrigos nos 1990 anos, sendo um espaço que objetiva acolher as mulheres e seus filhos que encontram-se em situação de risco iminente de morte em seu ambiente doméstico devido a violência. Assim, o serviço tem um caráter sigiloso e temporário, visto que o endereço não é divulgado abertamente com o intuito de preservar a família, e a estadia no abrigo dura em média seis meses. No interior das casas, são oferecidos vários serviços para as famílias abrigadas, onde atuam diversos profissionais da área da psicologia, serviço social, direito, assim como monitores e voluntários.

Logo caracteriza-se como uma instituição em sua grande maioria administrada pelo poder público, mas também é ofertada por organizações não-governamentais. Segundo Rocha (2007), as casas-abrigo são uma instituição de grande relevância para promover a quebra do ciclo de violência, no entanto são permeadas por desafios referentes à estrutura física, expressando uma carência de recursos para reforma e ampliação, além dos desafios referentes a recursos humanos, como a falta de uma equipe multidisciplinar completa, refletindo a fragilidade do financiamento das políticas públicas dentro dessa instituição. Durante um longo tempo as DEAM e as Casas-Abrigo foram as principais ações do Estado para a promoção do direito das mulheres vítimas de violência.

Um salto considerável ocorreu depois da criação da Secretaria de Políticas para as Mulher (SPM) em 2003, que garantiu a ampliação das formas de proteção, prevenção e punição dos agressores, além de alcançar de Ministério, sendo um ponto positivo em virtude de possuir orçamento próprio, poderes e autonomia administrativa para criar e executar políticas públicas voltadas para ampliação da garantia dos direitos das mulheres (SANTOS; PASINATO, 2008). Além disso, um novo paradigma emergiu, firmado sob a concepção de “rede” e de “transversalidade” de gênero.

A rede e a transversalidade implicam dois eixos de articulação dos serviços: um eixo horizontal pelo qual os serviços devem fazer parte de uma rede intersetorial e devem ser bem articulados para assegurar o atendimento integral às mulheres; um eixo vertical no qual as políticas e serviços do município, do estado e do governo federal devem estar articulados de forma a otimizar os recursos existentes e potencializar os resultados que possam ser alcançados. (SANTOS; PASINATO, 2008, p. 16).

Um importante instrumento para a criminalização da violência doméstica pelo Estado foi a elaboração da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que emerge com um novo paradigma relacionado ao enfrentamento da violência doméstica e familiar, “rompendo a tradicional cisão entre espaços públicos e privados e a consequente cultura de absenteísmo e tolerância estatais em relação a essa forma de violência” (BARRETO; CHAI, 2016, p. 24), além de estabelecer a criação dos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher para julgar e apurar tais crimes.

Convém observar que o Lei 11.340/2006 foi derivada de forte pressão das organizações de proteção à mulher, assim como do movimento feminista, visto que as recomendações elaboradas pelo Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher das nações Unidas e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) estavam sendo negligenciadas pelo Estado brasileiro em relação sua omissão no caso de Maria da Penha Maia Fernandes, sendo o Estado penalizado a pagamento de multa além da recomendação emitida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) de construir medidas de enfrentamento no âmbito administrativo, legislativo e judiciário.

Desta maneira, “a noção de enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres” (BRASIL, 2007). Assim, o compromisso com ações integradas e abrangentes emerge com um novo paradigma, substituindo as ações focalizadas e passa a se estruturar em forma de rede. A perspectiva intersetorialidade da rede possibilita uma maior articulação entre os serviços e as instituições, rompendo com o padrão tradicional que as políticas tinham antes, que tendiam à desarticulação, departamentalização e setorialização, impedindo assim a compreensão do todo. (BRASIL, 2011).

Desta forma, o desafio que é posto atualmente é a execução de políticas públicas eficazes, visto que no início da década de 1990, no contexto brasileiro, emerge uma nova configuração nas formas de pensar e implementar as políticas públicas, derivadas das transformações que ocorreram no interior da ideologia capitalista mundial, que se expressaram através da reestruturação produtiva e do ideário neoliberal, fortalecendo a desresponsabilização do Estado frente ao enfrentamento da questão social (Estado mínimo) que reflete em políticas paliativas e fragmentadas. (SILVEIRA, 2014).

Assim, com o neoliberalismo, as políticas de caráter universal têm sua base fragilizada, uma vez que é de responsabilização do Estado a elaboração dos planos, programas e projetos sociais de primeira ordem, como atender a este tipo de demanda. Logo, tal discussão é essencial para analisar os rebatimentos que a atual conjuntura impõe sobre a maneira que as políticas públicas voltada para as mulheres serão pensadas, e através da organização coletiva, traçar estratégias de enfrentamento e representatividade dentro dos espaços públicos, visando a integração na agenda estatal de políticas públicas que voltem para a igualdade entre homens e mulheres, e assim superando as barreiras que ainda permanecem levantadas impedindo a efetivação dos projetos (SILVEIRA, 2004).

1. **AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

No início da década de 1990, no contexto brasileiro, emerge uma nova configuração nas formas de pensar e implementar as políticas públicas, derivadas das transformações que ocorreram no interior da ideologia capitalista mundial, que se expressaram através da reestruturação produtiva e do ideário neoliberal, fortalecendo a desresponsabilização do Estado no enfrentamento da questão social, que reflete em políticas paliativas e fragmentadas (SILVEIRA, 2014).

A partir da reestruturação produtiva, o Estado passou a transferir a responsabilidade na oferta das políticas para o terceiro setor, que emerge através da “parceria” do Estado e sociedade civil (ONGs, fundações, associações, entidades filantrópicas, etc.). Tal parceria levanta críticas quanto à efetivação dos direitos da população usuária, pois foi criada pela lógica capitalista e para sua manutenção, assim em uma análise crítica, o terceiro setor:

Refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades). Para a função social de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, da autoajuda e da ajuda mútua. (MONTANÕ 2002, apud ANDRADE 2015, pg. 86)

Segundo o autor, o terceiro setor, por ser fruto da lógica capitalista, não faz um real enfrentamento à questão social, apenas reforça o caráter assistencialista e filantrópico, eliminando a lógica dos direitos; nisso, a nova roupagem das políticas sociais assume um caráter fragmentado e de cunho paliativo, voltado para as necessidades mais urgentes da população, devido ao pequeno nível de abrangência das organizações.

No entanto, é necessário considerar que a partir da década de 1990, muitos movimentos sociais, inclusive os feministas, se unem às ONGs, que, apesar de contraditórias, vêm assumindo várias demandas que deveriam ser de responsabilidade do Estado, atuando junto à sociedade civil, portanto, mais próximas dos setores populares.

As ONGs desenvolveram um papel fundamental na década de 1980 nas lutas pela redemocratização do país, junto ao movimento sociais, fortalecendo os segmentos, colocando em pauta assuntos relacionados à garantia dos direitos dessas minorias, porém nesse processo de abertura política, as organizações passaram a entender o Estado como “parceiro”, e tiveram suas atividades voltadas à focalização.

Segundo Pontes e Brava, nos últimos 20 anos, grande número de ONGS tem construído forte relação com os setores populares, direcionando suas ações com o objetivo de fortalecer os setores excluídos, auxiliando na sua organização e sistematizando suas reivindicações, em alguns casos, em uma linha de enfrentamento ao Estado (ANDRADE, 2015, p. 96)

Dessa maneira, vislumbra-se nas ONGs possibilidades no enfrentamento à violência contra a mulher, através da criação de projetos e políticas que resgatem a autonomia da mulher, bem como a aproximação dos profissionais que trabalham nessas organizações com a população feminina, por meio de discussões e rodas de diálogos que abordam questões como o machismo e o patriarcado, além do fomento à pesquisa, através da elaboração de dados estatísticos e estudos relacionados à violência doméstica, como por exemplo, o Instituto Patrícia Galvão, que produz dossiês anuais com dados referentes ao feminicídio.

Assim, considera-se que as ONGs se constituem em espaços contraditórios, que compartilham de várias correntes de pensamento, não são um espaço onde “reina” a ideologia capitalista. Andrade (2015) logo compreende que esses espaços sejam canal para a quebra do ciclo de violência.

Sob este argumento, acredita-se que as ONGs, podem desempenhar um papel importantíssimo na desconstrução das raízes profundas da violência contra a mulher, considerando que os profissionais que trabalham nesses espaços, podem desenvolver atividades de caráter pedagógico, e estas constituem-se medidas profícuas para o enfrentamento a esse fenômeno, uma vez que mais do que discutir com mulheres, é necessário também o trabalho de cunho educativo com homens, alertando sobre o mal histórico do machismo que se expressa nos casos diários de violência contra a mulher.

Abreu (2016) afirma que não se pode desconsiderar o legado histórico das ONGs no que vêm mantendo à perspectiva de luta e seu caráter político no que se refere aos problemas sociais e à necessidade de se pensar alternativas de enfrentamento a esses problemas, como, por exemplo, as ONGs que atuam nessa perspectiva, como é o caso da luta pelo meio ambiente e gênero.

A maior concentração de ONGs está nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, direcionadas em sua maioria para políticas públicas para mulheres, mas, também, para a educação, capacitação e direitos humanos para mulheres negras. Os principais temas de projetos sociais, desde seu surgimento, foram às políticas públicas, violência, direitos humanos e representação política (NOVELINO, 2006 apud BORSARI, CASSAB, 2010, p.57).

É necessário acreditar na importância que essas ONGs têm no enfrentamento ao patriarcado e seu legado, as reivindicações dos movimentos feministas, agora institucionalizados, desenvolvem suas atividades no seio da comunidade, alcançando mulheres, sobretudo as pobres e negras, que sofrem de forma intensificada as relações de opressão.

A realidade das organizações não-governamentais não alcança de maneira universal as mulheres, no entanto os trabalhos desenvolvidos com a população são essenciais para o combate às formas de violência, pois, com a omissão do Estado, esses espaços são lugares de construção de resistência diária e um refúgio para muitas mulheres que sofrem com a violência cometida por maridos e namorados.

No processo de elaboração do artigo, foi tentada uma aproximação com as ONGs, através de um questionário enviado por e-mail para seis instituições não-governamentais que atuam no enfrentamento à violência contra mulher, no entanto, das seis, apenas duas enviaram respostas, porém negativas, alegando não ter disponibilidade de responder o questionário devido às demandas da instituição e pedidos semelhantes de pesquisa. Dessa forma, a estratégia desenvolvida para apreender a atuação dessas instituições foi através de pesquisa bibliográfica e documental das informações disponibilizadas nas páginas de cada uma das instituições.

• ONG tamo juntas: nota-se que a criação da ONG está na perspectiva da solidariedade e no espírito de ajuda coletiva, tendo como objetivo esclarecer as dúvidas das mulheres sobre a violência doméstica, assim como orientá-las e atendê-las. Os serviços oferecidos pela instituição constitui-se no atendimento de advocacia gratuito na sede em Salvador-BA. A equipe multidisciplinar é composta por: assistente social, psicóloga, advogados que possuem um pensamento crítico, ético e político sobre a situação da violência doméstica. Os profissionais voluntários atendem dois dias na semana e precisam de parcerias para que a organização continue em funcionamento. Na instituição são ofertadas ações educativas, como cursos sobre a Lei Maria da Penha.

•. Fala mulher: é uma associação que atua no enfrentamento à violência contra mulher, possui uma sede fixa que atende de segunda a sexta. A associação necessita de parcerias para seu funcionamento, assim tem como parceira a figura do Estado, através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. A instituição tem uma equipe multidisciplinar que atua do atendimento social, jurídico, psicológico, além de elaborar atividade de cunho educativo como palestras em grupo, possuindo também uma casa abrigo.

• SOS mulheres e famílias: possui uma estrutura física com uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, assistentes social e advogados e tem como objetivo tratar violência doméstica como problema de saúde e social. Assim através de suas ações promove o protagonismo feminino através de programas de capacitação e treinamento; também se utiliza da perspectiva de doações para suprir as necessidades materiais da instituição, bem como as parcerias do Estado e de outras organizações não governamentais.

• Casa de Isabel: a instituição tem o objetivo de defender o direito de Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, compreendemos que na atual conjuntura há uma certa negligência do Estado em relação à violência de gênero, causando sérios danos às mulheres. A entidade busca construir um espaço alternativo para que sejam traçados programas e projetos eficazes no atendimento à violência doméstica. A instituição estabelece parcerias com órgãos públicos e necessita de doações para manter as dependências da casa. Assim, é composta por uma equipe voluntária multidisciplinar contendo assistentes sociais, médicos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais.

Agora, apontaremos sobre duas ONGs que atuam no enfrentamento à violência doméstica, porém através de uma outra perspectiva que é da atuação nas mídias; o Instituto Patrícia Galvão. A concepção dessa instituição é de promover o discurso sobre a violência contra a mulher difundindo pesquisas e apoiando o desenvolvimento de projetos voltados à essa temática.

Instituto Patrícia Galvão: o Instituto articula as demandas pelos direitos das mulheres e da visibilidade no debate público sobre essa questão ao utilizar as mídias para aprofundar a discussão sobre os direitos das mulheres, assim são realizadas pesquisas que promovem campanhas publicitárias. A agência tem essa perspectiva de publicar regularmente, elaborar estudos relacionados à violência contra a mulher na Esfera política, no mundo do trabalho, nos direitos sexuais e reprodutivos. Assim, possui convênios com a secretaria de políticas públicas das mulheres, com o Ministério da Saúde, além de possuir uma conta para doação; a agência também promove trabalhos de pesquisa e ensino no sentido de elaborar cartilhas que tratam sobre a Lei Maria da Penha, assim como dossiês que contêm dados estatísticos relacionados aos índices de violência contra a mulher no Brasil.

Portanto, tais instituições, apesar da perspectiva que as circunda de voluntariado e solidariedade, possuem uma perspectiva crítica ao compreender que há uma falha do Estado na efetivação dessas políticas, compreendendo que a ausência destas políticas constitui uma violação de direitos que necessita de ações imediatas. Dessa forma, as instituições devem ser compreendidas como alternativas para que essas mulheres possam encontrar autonomia, informações sobre seus direitos e uma vida sem violência, para isso o apoio da equipe multidisciplinar que compõe as instituições têm um papel essencial nessa quebra do ciclo de violência.

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreende-se que o terceiro setor tem um caráter fragmentado e focalizado, no entanto, diante da atual conjuntura, onde o Estado está cada vez mais omisso em seu papel de defender e zelar pelo comprimento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, tais ações dessas organizações são extremamente necessárias para o fortalecimento da independência feminina e quebra do ciclo de violência, uma vez que atualmente as instituições públicas estão cada dia mais precarizadas e sucateadas, sem recurso ou investimento para cumprir o seu papel.

Assim, não é negado o caráter conservador e filantrópico que emerge dentro dessas instituições, o que se ressalta é que, mediante o contexto histórico em que se apresenta o Brasil, esse âmbito desempenha um papel essencial no processo de quebra do ciclo de violência. Dessa forma, para além das críticas, é necessário enxergar nas ONGs possibilidades de enfrentamento à violência doméstica, uma vez que a atual configuração do Estado reduz a atuação nas políticas públicas e os cortes refletem diretamente no sistema de proteção.

**REFERÊNCIAS**

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2016.

ANDRADE, Renato. **Serviço Social, Gestão e Terceiro Setor**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BORSARI, Letícia Cremasco. CASSAB, Latif Antonia. **ONGS: o enfrentamento à violência contra a mulher.** Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina. 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A DOMINAÇÃO MASCULINA**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulhe**r. Brasília: Presidência da República. 2007.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2014.

ESTATUTO CASA IZABEL. **Casa Izabel.** Disponível em: https://casadeisabel.org.br/estatuto-casa-de-isabel-2/. Acesso em 31 Mai 2019.

História. **Associação Fala Mulher.** Disponível em: https://associacaofalamulher.wixsite.com/associacaofalamulher/institucional. Acesso em: 31 Mai 2019.

Missão é História. **SOS mulheres e família.** Disponível em: https://www.sosmulherefamilia.org.br/home/sobre. Acesso em: 31 Mai 2019.

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. **Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2008.

QUEM SOMOS. **Organização Tamo Juntas.** Disponível em: https://tamojuntas.org.br/quem-somos/. Acesso em: 31 Mai 2019.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Casa Abrigo**: no enfrentamento da violência doméstica e gênero. São Paulo: Veras Editora, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes.In: **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

SOBRE O INSTITUTO. **Agência Patrícia Galvão.** Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/quem-somos/. Acesso em: 31 Mai. 2019

SILVEIRA , Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade, In: **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

1. Estudante de Graduação. Universidade Ceuma. E-mail: <thainabastos50@gmail.com>. [↑](#footnote-ref-1)
2. Estudante de Graduação. Universidade Ceuma. E-mail: <thainabastos50@gmail.com>. [↑](#footnote-ref-2)
3. Estudante de Graduação. Universidade Ceuma. E-mail: <thainabastos50@gmail.com>. [↑](#footnote-ref-3)
4. Estudante de Graduação. Universidade Ceuma. E-mail: <thainabastos50@gmail.com>. [↑](#footnote-ref-4)
5. Teoria do ciclo de violência de Lenore Walker (1979) através do qual é possível visualizar que as relações conjugais são muito difíceis de serem quebradas devido à esperança de que tal situação não ocorrerá novamente, assim se passa por uma fase de tranquilidade, e depois de um tempo tende-se a ocorrer novamente o ciclo, desta vez com mais intensidade e de forma mais violenta. [↑](#footnote-ref-5)